



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS  
SOCIAIS VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo Política Social, Seguridade Social e Proteção Social.**

**Estado e política de educação no Brasil: análise de uma  
profissão**

Roseli de Fatima Castro<sup>1</sup>  
Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a relação entre Estado, política educacional e Serviço Social no Brasil, problematizando como a educação, enquanto política pública, expressa as contradições do capitalismo monopolista. Objetiva compreender, a partir das contribuições de José Paulo Netto, o papel do Estado na reprodução das desigualdades por meio das políticas sociais. Adota pesquisa bibliográfica de caráter crítico-dialético. Conclui que, apesar da ampliação do acesso escolar, persiste a dualidade formativa e a focalização das ações, situando o Serviço Social como campo de disputa entre reprodução e emancipação, exigindo intervenção crítica orientada à universalização de direitos.

**Palavras-chave:** Estado; Política de Educação; Serviço Social; Capitalismo.

**Abstract:** The article analyzes the relationship between the State, educational policy, and Social Work in Brazil, problematizing how education, as a public policy, expresses the contradictions of monopoly capitalism. It aims to understand, based on the contributions of José Paulo Netto, the role of the State in reproducing inequalities through social policies. It adopts a bibliographic research approach grounded in a critical-dialectical perspective. The study concludes that, despite the expansion of access to schooling, formative duality and the targeting of actions persist, positioning Social Work as a field of dispute between reproduction and emancipation, thus requiring critical intervention oriented toward the universalization of rights.

**Keywords:** State; Education Policy; Social Work; Capitalism.

<sup>1</sup> Assistente Social, servidora pública da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR), atuando como Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação, mestranda em Serviço Social, e-mail: roseli.castro@smed.mcr.pr.gov.br

<sup>2</sup> Assistente Social, professora associada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com atuação nos Cursos de Graduação em Serviço Social e no Programa de Mestrado em Serviço Social, pós-doutora pela Universidade Católica de São Paulo ( PUCSP), email: Cleonilda.dallago@unioeste.br.



## 1 INTRODUÇÃO

A partir da análise de José Paulo Netto (2009), compreende-se que o Estado não é uma instituição neutra, mas sim expressão de interesses das classes sociais em disputa dentro do sistema capitalista. Nessa condição, exerce um papel decisivo na garantia dos interesses da classe dominante.

Nesse contexto, a política de educação no Brasil reflete as contradições estruturais do sistema capitalista, reproduzindo a desigualdade entre ensino destinado às elites e a educação voltada à classe trabalhadora. O Estado, através das iniciativas educacionais que configuram a política de educação ao longo do século XX e XXI, propõe ampliar o acesso e a qualidade, mas frequentemente reproduzem desigualdades estruturais, favorecendo uma minoria privilegiada.

Nesse cenário, o Serviço Social assume papel estratégico ao compreender a educação como campo de reprodução social e, simultaneamente, como espaço de resistência e transformação. O compromisso ético-político da profissão orienta a atuação crítica e propositiva, buscando superar desigualdades históricas e promover a emancipação de sujeitos sociais, reconhecendo a educação como condição para efetivar cidadania plena e participação política na sociedade. E nesse sentido, compreender a relação do Estado com a política de educação no Brasil, mostra-se fundamental para compreender as transformações sócio históricas e políticas que integram a sociedade brasileira.

Essa pesquisa tem caráter bibliográfico, visto que se fundamenta na análise e interpretação de produções teóricas já existentes, a partir dos debates desenvolvidos no âmbito da disciplina Fundamentos do Serviço Social: desenvolvimento sócio-histórico e concepções contemporâneas, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo. E tem como objetivo analisar a concepção de Estado no capitalismo monopolista e sua relação com a política social de educação, bem como a partir das contribuições de José Paulo Netto, analisar o papel do Estado via políticas sociais garantindo a reprodução das desigualdades sociais.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O estado no capitalismo monopolista: contradições, questão social e política de educação.

Atendendo aos preceitos conceituais, partimos do pressuposto que o Estado é uma instância organizada historicamente, a partir das relações sociais, culturais e econômicas da sociedade. E no processo de análise da formação do estado brasileiro, não podemos



dissociá-lo de um contexto maior de desenvolvimento do mundo, a partir da constituição da sociedade dentro do sistema econômico que se estabeleceu com o estado moderno, no sistema capitalista. Segundo Netto (2009), na última década do século XIX o sistema capitalista foi afetado por profundas transformações, trata-se da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (1890-1940), as transformações, entretanto, não enfraqueceram a análise de Marx a partir da natureza do capitalismo, o caráter de exploração e alienação da estrutura burguesa

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana (NETTO, 2009, p. 19).

A partir dessa compreensão, no processo de acirramento de exploração da classe trabalhadora, o capitalismo monopolista possibilitou o aumento dos lucros a partir do controle dos mercados, o que resultou no aumento dos preços de mercadorias, taxas de lucro mais altas em setores monopolizados e uma elevação da taxa de acumulação. Entretanto, essa lucratividade também passou a ser garantida a partir da nova função atribuída ao Estado. Conforme apontamos, o Estado e seus elementos são intrínsecos ao sistema capitalista, atuando como um instrumento para manter as relações de produção e proteger os interesses da classe capitalista.

Cabe destacar, que no capitalismo concorrencial, esse controle era realizado a partir da intervenção estatal sobre a força de trabalho e tinha caráter coercitivo e episódico, já no capitalismo monopolista, segundo Netto (2009) o Estado passa a atuar como o “comitê executivo da burguesia” para assegurar os interesses do monopólio, e para tanto, assume funções estratégicas na elaboração de planos de desenvolvimento de médio e longo prazo, o financiamento de setores essenciais e a administração das crises cíclicas do capital. No estágio monopolista essa função se torna permanente e se legitima através da institucionalização de direitos e garantias sociais, voltada à conservação, regulação e controle contínuos da classe trabalhadora, por meio de mecanismos como previdência, seguridade social e políticas de consumo mínimo. Essa estratégia, ao mesmo tempo em que responde parcialmente às demandas populares, reforça a ordem monopolista e a reprodução ampliada do capital. Assim o Estado que era mínimo, quanto à intervenção na economia, passou a ser máximo, para a defesa do capital.

Nessa conjuntura, embora os direitos sociais tenham sido constituídos a partir da luta da classe trabalhadora, também carregam a face do controle do Estado a partir da intervenção nas expressões da questão social, assegurando o objetivo principal dos monopólios e do poder político, a maximização dos lucros. Nesse movimento, o Estado pode atender às demandas das classes subalternas na dimensão de que essas demandas podem



ser usadas para beneficiar, direta ou indiretamente, os interesses dos monopólios. Na medida em que a questão social

diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

É nesse contexto que para lamamoto (2001), como respostas às expressões da questão social, as políticas sociais assumem uma dupla função, de um lado atender às reivindicações da classe trabalhadora, e por outro reproduzir os interesses do capital.

Conforme Behring e Boschetti (2006) as políticas sociais são indissociáveis do contexto histórico de maturidade de implantação do modo de produção capitalista e da consolidação da ordem burguesa como classe detentora dos meios de produção, na medida em que constituem as respostas e formas de enfrentamento em geral setorializadas e fragmentadas as múltiplas expressões da questão social. Configuram-se como estratégias de mediação de conflitos entre as classes, especialmente nos momentos de crise do capital e de intensificação das lutas sociais, de maneira que, quando a repressão e o controle social da classe trabalhadora se mostram insuficientes para conter as tensões decorrentes da exploração do trabalho, o Estado é evocado a intervir por meio da institucionalização de leis que regulamentam direitos, da criação de programas sociais e da ampliação de serviços públicos. Não se trata, portanto, de iniciativas de solidariedade neutras ou de boa vontade do Estado, mas de respostas necessárias historicamente determinadas pelas contradições entre o capital e trabalho.

Nesse processo, a educação, enquanto política social, se insere no conjunto de mediações estatais, expressando as contradições próprias da sociedade capitalista. Considera-se a educação fundamental para a formação humana, para a construção do conhecimento, da consciência crítica e da cidadania. Sua origem está vinculada ao trabalho e formação dos indivíduos, isto é, os homens aprendiam a produzir a partir da transformação da natureza e conseqüentemente produziam a sua existência.

Segundo Dallago (2014)

Podemos assim dizer que a educação é parte constitutiva da vida em sociedade. Na interface com o trabalho, apresenta-se com diferentes aspectos em determinadas culturas e nas distintas formas de sociabilidade, guarda em seu íntimo o sentido ontológico de formação do ser social. De tal modo, é mister compreender sua ontologia o seu papel para entender que, na antiguidade, não tínhamos escolas, uma educação institucionalizada, mas ela fazia parte da vida dos homens, em um período onde prevalecia as trocas de experiências, a convivência coletiva familiar e comunitária por meio do trabalho (p. 76).



A partir do desenvolvimento da sociedade capitalista, a divisão do trabalho e a propriedade privada comprometeram a unidade presente no trabalho e desenvolvimento humano, e passamos a contar com a desigualdade entre a educação voltada para os proprietários de terras e outra para escravos e serviçais. No capitalismo, consolidou-se a educação escolar para a formação dos indivíduos, e conseqüentemente passou a atender às demandas do sistema produtivo, fornecendo mão de obra e legitimando valores dominantes (Júlio, 2022).

É nesse contexto que Dallago (2014) destaca a transformação a que está submetido o ser humano, quando passa do processo de ser originalmente criador, ativo e transformador por meio do trabalho, para um processo de degradação e desumanização no interior das relações capitalistas. Nessa transformação, o trabalho deixa de ser a expressão de realização humana e passa a ser determinado pelas contradições e desigualdades próprias do modo de produção capitalista, orientado prioritariamente para a acumulação de riqueza em favor de uma pequena parcela da sociedade.

## **2.2 A política de educação no Brasil: alguns elementos contextuais e a intervenção do Serviço Social**

Segundo Saviani (2005), o Brasil passou a tratar a educação como assunto de interesse nacional a partir de 1930, no entanto, a prioridade era o ensino secundário e superior. Mais de uma década depois, a partir de 1946, foram contempladas discussões sobre o ensino primário. Nesse processo, a educação brasileira foi marcada pela separação entre a formação para as elites que envolvia o ensino secundário preparatório para o nível superior, e a educação profissional voltada para a classe trabalhadora.

Essa dualidade estruturou-se historicamente a partir de determinações econômicas que priorizavam as necessidades de desenvolvimento do país, sendo a educação destinada para a classe trabalhadora inicialmente de caráter assistencialista e no século XX voltada para atender as demandas do mercado de trabalho. Essa prerrogativa se consolidou, apesar da resistência dos setores populares e de tentativas de integração, como as reformas educacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (LDB) que buscou formalmente a equivalência entre o ensino propedêutico e profissionalizante.

Entretanto, no período da ditadura militar, fortemente a educação foi orientada como ferramenta de desenvolvimento econômico, no entanto, essa medida se efetivou, apenas nas escolas públicas, marcadas pela falta de estrutura adequada, enquanto as escolas privadas mantiveram o ensino propedêutico, garantindo à classe média o acesso à formação voltada para o ingresso no ensino superior.



No plano econômico, com o enfraquecimento da ditadura militar, o Brasil ingressou na implantação do estado neoliberal, o qual foi consolidado a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso a partir da reforma de estado, apresentando as privatizações como a saída para a estabilidade econômica. Nesse contexto, para a educação, segundo Moura (2023) a democratização do país foi um período marcado por intensos debates em decorrência de disputas ideológicas e políticas no campo educacional, que atingiram a promulgação da LDB de 1996. Embora houvesse propostas progressistas defendendo uma formação politécnica e integrada entre ensino médio e educação profissional, com o objetivo de unir ciência, técnica e humanismo, prevaleceu à lógica neoliberal, que defendia a redução do papel do Estado e a abertura para a iniciativa privada no setor educacional.

Na atualidade, embora em um contexto de governo de “esquerda”, me referindo ao governo Lula e Dilma, a partir de 2003, partes democráticas da nação depositaram suas esperanças em um projeto de sociedade que estivesse em sintonia com a democracia e a justiça social. Foram desenvolvidos programas como o Brasil Alfabetizado, voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos por meio da EJA, enfrentando o problema do analfabetismo. O Programa Mais Educação buscou ampliar a jornada escolar com atividades de cultura, esporte e reforço. A reestruturação do FUNDEB ampliou o financiamento da educação, abrangendo da educação infantil ao ensino médio e valorizando os profissionais da área. Houve também a criação do IDEB, indicador que combina resultados de avaliações e dados do Censo Escolar para medir a qualidade da educação. O desenvolvimento do Programa Brasil Carinhoso visou ampliar vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos de famílias beneficiárias do Bolsa Família, articulando assistência social e a política educacional.

No campo da discussão popular ocorreu à dissolução do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), que unia sindicatos, entidades acadêmicas e movimentos sociais em torno da defesa da educação pública, a partir as pautas se fragmentaram o que impactou diretamente a capacidade de resistência e formulação conjunta de propostas. Nesse período os programas educacionais desenvolvidos pelo governo pautaram a defesa do estado neoliberal com elementos como a meritocracia, a avaliação por competências e o uso de índices de desempenho, no entanto, avançou em pautas históricas, como o piso salarial nacional dos professores, a redução da desigualdade através do combate ao analfabetismo, da distribuição de livros didáticos e da articulação das políticas públicas, da iniciativa em universalizar o ensino através dos recursos do FUNDEB e da organização de um sistema educacional. Entretanto, segundo Frigotto (2021), o governo Lula optou por um projeto desenvolvimentista, buscando crescimento econômico com inclusão parcial, mas sem atacar as estruturas que sustentam a desigualdade, assim não houve reformas de base ou uma revolução nacional que mudasse o lugar das massas trabalhadoras na sociedade.



Quanto ao ensino médio, referente à educação técnica, apontamos a reforma educacional em 2004, que reorganizou a oferta de ensino técnico no país, articulando a formação profissional às necessidades do mercado de trabalho e o Programa Nacional de Qualificação (PNQ), voltado para a qualificação profissional de jovens e trabalhadores. Quanto ao ensino superior, destacamos o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que objetivava conceder bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior a estudantes de baixa renda, e o Fundo de Financiamento Estudantil que visava conceder empréstimos a juros reduzidos para estudantes acessar o ensino superior na rede privada. Apresentamos ainda o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) criado em 1988, para a avaliação do ensino médio no país, que a partir de 2009, passou a ser usado para acesso ao ensino superior, e a certificação através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA).

As iniciativas realizadas no que diz respeito à educação técnica e ao ensino superior ampliaram de maneira significativa as oportunidades para a classe trabalhadora no que diz respeito ao acesso para a conclusão do ensino médio e para o curso superior, entretanto, continuaram a fortalecer o setor privado e a manter a dualidade histórica na educação brasileira, permitindo que os mais preparados ingressem nas melhores universidades. Ou seja, a inclusão dos mais pobres aconteceu de forma precarizada, muitas vezes culminando com o endividamento dos mesmos. Além disso, os instrumentos de avaliação reforçaram a lógica de padronização e competitividade, sem resolver os problemas estruturais da qualidade educacional.

Com a nova função, o ENEM tornou-se o principal mecanismo de acesso ao ensino superior público por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Essa mudança ampliou o papel do exame, que deixou de ser apenas um instrumento avaliativo para se transformar em porta de entrada às universidades federais. No ano de 2012, com a aprovação da Lei de Cotas, o ENEM passou a ser a principal forma de ingresso em 50% das vagas em universidades e institutos federais para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas, fortalecendo a democratização do acesso ao ensino superior. Entretanto, conforme Frigotto (2010), através dessas iniciativas,

o estado em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento à política pública de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e a sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências (p. 244-245).

A partir, do governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro observaram-se retrocessos e a desigualdade estrutural da política de educação, destacamos a reforma do Ensino Médio



no ano de 2016, que estabeleceu a ampliação da carga horária e a criação de itinerários formativos definidos de acordo com as condições de oferta de cada escola, o que condicionou o ensino às limitações estruturais e pedagógicas das instituições e promoveu a ampliação das desigualdades. Em 2016, o país vivenciou a aprovação do teto de gastos públicos, que estabeleceu um limite para os investimentos federais por vinte anos, corrigidos apenas pela inflação, gerando preocupações sobre os impactos na manutenção e expansão de políticas de educação. Ainda em 2018, foi finalizada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece um conjunto unificado de competências e habilidades que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, buscou padronizar diretrizes curriculares em nível nacional, entretanto, abriu debates sobre o equilíbrio entre uniformidade e respeito às diversidades regionais do país. Já no governo Bolsonaro, observou-se uma desresponsabilização do Estado em relação à educação, com o uso dos recursos do fundo para propostas como o Future-se, o Escola Sem Partido e o homeschooling e o modelo de escolas cívico-militares. Esse cenário foi agravado pela instabilidade administrativa no Ministério de educação (MEC) e pelo discurso ideológico que criminalizou os professores e os materiais didáticos com pautas sobre a diversidade brasileira, resultando em um período de fragilidade institucional e de ausência de políticas consistentes de valorização da educação pública.

O que se observa ao longo de quase vinte (20) anos da política de educação, não pode ser dissociada do contexto de desenvolvimento do país. As ações resultam em defesa de pautas econômicas, sociais e ideológicas. No campo da proteção social, são desenvolvidos programas fragmentados, iniciativas em um contexto de neoliberalismo, para o qual,

a configuração de padrões universalistas e redistributivos da proteção social foi fortemente tencionada: pelas estratégias da extração de superlucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; e pelo desprezo burguês para com pacto social dos anos de crescimento, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo. Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos (BEHRING e BOSCHETTI, 2006 p. 155-156).

Assim sendo, o que se observa segundo Frigotto (2010) é que apesar das reformas educacionais representarem a intenção de promover melhorias na educação brasileira, a estratégia de conciliar os interesses da elite econômica e política com as necessidades da maioria da população acaba favorecendo apenas essa minoria. E acaba por perpetuar a separação entre um ensino de qualidade para poucos e outro limitado para a maioria. Como consequência, o sistema educacional no Brasil reproduz desigualdades, entre muitos



aspectos em termos de infraestrutura, formação, condições de trabalho e salários dos professores, resultando em uma baixa qualidade de ensino para a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, segundo Almeida (2007) compreendemos que a educação ocupa uma posição central na vida dos seres humanos e para além de contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas, exerce uma função política e ideológica e, portanto torna-se também um espaço de disputa, com a premissa de reforçar a exclusão, mas também de contribuir para a construção de novas possibilidades de vida e para a formação de sujeitos políticos conscientes e ativos.

É no contexto de desenvolvimento das políticas públicas pelo Estado que o Serviço Social se insere enquanto profissão. Conforme Iamamoto (2010), através da implantação das políticas públicas, o Estado estabelece as condições que garantem a inserção do assistente social no mercado de trabalho na condição de assalariado. Nesse processo, tanto o Estado quanto os setores burgueses passam a atuar como impulsionadores de uma formação profissional reconhecida e legitimada pelo poder.

Assinalamos que o Serviço Social se estruturou no Brasil a partir de ações assistencialistas, em uma relação conservadora do Estado com a classe trabalhadora, que visavam manter a ordem vigente, no entanto, segundo Netto (2007) o Movimento de Reconceituação, que surgiu em um contexto global de crise capitalista e nas particularidades da América Latina, proporcionou ao Serviço Social questionar a herança tradicional, incorporando referenciais teóricos de base marxista e enfatizando a necessidade de compreender-se enquanto profissão inserida nas relações sociais de produção. Esse movimento abriu caminho para a consolidação do projeto ético-político profissional, que se afirma na defesa intransigente dos direitos humanos, na busca pela equidade social e na direção social vinculada à emancipação humana.

No contexto de atuação profissional, não é recente a inserção do assistente social na política educacional, porém, nos últimos anos, esse espaço vem integrando um número considerável de assistentes sociais, e frente a isso, a categoria tem se ocupado cada vez mais de relevantes discussões sobre a atuação dos assistentes sociais na política de educação, e nos convém reconhecer que essa inserção continua sendo forjada como uma resposta às demandas das classes dominantes, nesse caso, por uma escolarização funcional à reprodução do capital.

Assim, no contexto de reprodução do capital, que impacta a vida do trabalhador e produz cada vez mais o agravamento das expressões da questão social, o assistente social na educação recebe em grande volume requisições de ausências frequentes, abandono escolar, violências, ausência de acesso a serviços de saúde, assistência social entre outros, nesse aspecto, segundo Almeida (2007) o desafio é compreender que a intervenção profissional nesse campo não pode restringir-se ao atendimento das expressões imediatas



da pobreza ou aos conflitos escolares cotidianos, mas deve ser orientada por uma perspectiva crítica capaz de conceber a educação como um espaço privilegiado de formação humana e de disputa de projetos societários.

Nesse sentido, enquanto orientação para a categoria, o documento Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, construído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS 2013) discorre sobre a dúbia função da educação no capitalismo: ferramenta capaz de produzir algum grau de emancipação dos sujeitos, mas também de contribuir para a manutenção das condições do sistema vigente.

O processo de reprodução das desigualdades se dá a partir da alienação dos processos de trabalho, que para Marx, representa a perda de controle do ser humano sobre o produto do seu trabalho, sobre o próprio processo produtivo, sobre sua essência como ser social (ser dotado de capacidade para produzir) e, finalmente, sobre as relações sociais em que está inserido, tornando-se estranho a si mesmo e aos outros e conseqüentemente submetido a forças externas econômicas, políticas, culturais.

Na sociedade capitalista, a alienação perpassa todas as dimensões da vida, inclusive a educação, que se materializa na opção por um modelo que busca formar sujeitos adaptados à lógica do capital, em detrimento da formação crítica, o que conseqüentemente reproduz as condições para o desenvolvimento do próprio capital. Esse caráter contraditório da educação evidencia o desafio colocado ao Serviço Social: compreender a contradição, para, a partir das condições objetivas de seu espaço profissional, desenvolver uma atuação orientada por uma perspectiva de educação enquanto um espaço privilegiado de formação humana e de disputa de interesses de classes, uma atuação coerente com os princípios do Código de Ética e que conseqüentemente dentro de um Estado neoliberal se defina pela defesa da educação enquanto política social universal, caracterizada como pública, laica e totalmente gratuita.

### **3 CONCLUSÃO**

A política de educação no Brasil na atualidade está intrinsecamente vinculada às contradições do capitalismo monopolista a partir de um modelo de Estado neoliberal. Nesse modelo, as políticas sociais configuram-se como estratégias que garantem a reprodução do capital. A partir da análise de alguns elementos da política de educação brasileira conclui-se que embora em contextos históricos e políticos diferentes, mantém-se a dualidade no ensino: a separação entre uma educação oferecida para a elite e outra, para a classe trabalhadora, o que agrava o distanciamento entre as classes sociais.

Nessa dualidade, priorizou-se as demandas do mercado em prejuízo das necessidades da população, com incidência de parcerias entre o público e o privado. Nessa



formatação as políticas públicas constituíram-se por ações estruturadas para assegurar os interesses do empresariado, e em consequência, contribuir para a continuidade do capital em detrimento de assegurar os direitos e atender aos interesses dos trabalhadores. Na atualidade, constamos modestas alterações, a depender dos governantes, de um lado constatamos quatro anos do governo Bolsonaro, marcado pelo enfraquecimento das políticas sociais, principalmente no âmbito da educação, saúde e assistência social. Por outro lado, observa-se que no período de incidência dos governos de esquerda as ações implementadas por via políticas sociais buscaram atender algumas reivindicações sociais, especialmente no trato das desigualdades econômicas e sociais.

Nesse cenário, o Serviço Social constitui-se como estratégia, porém deve garantir que a sua intervenção se concretiza em uma atuação que ultrapasse o atendimento das demandas imediatas do cotidiano. Para tanto, faz-se necessário que a atuação profissional esteja pautada na perspectiva crítica presente no Projeto Ético-Político da profissão, materializado no Código de Ética Profissional (Lei nº 8.662/1993), a partir do qual a categoria profissional assume o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

Tal posicionamento exige a compreensão quanto ao papel das políticas sociais na sociedade capitalista, bem como o papel da educação como espaço de formação humana, de disputa de interesses de classe e de construção de uma cidadania que ultrapassa unicamente o acesso aos serviços públicos, concretizados no cotidiano através da matrícula escolar, das consultas médicas ou a inserção nos programas sociais. Mas que envolve a compreensão quanto à participação ativa na vida social e política, de consciência crítica acerca das desigualdades estruturais e na capacidade de reivindicação coletiva por melhores condições de vida, inclusive de construção das políticas públicas. Nessa perspectiva, a cidadania assume uma dimensão concreta e emancipatória, que ultrapassa a garantia mínima de direitos, mas produz condições para que os indivíduos possam participar das decisões coletivas, acessar bens e serviços com qualidade e viver com dignidade, e consequentemente estabelecer as condições para a transformação das determinações que produzem a exclusão, a pobreza e a desigualdade social.

### **Referências Bibliográficas**

ANA, W. P. S.; LEMOS, G. C. Retrospectiva histórica da dualidade entre educação básica e educação profissional: em busca de possibilidades de integração. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 6, n. 16, 2020. Disponível em file:///C:/Users/Jaime/Downloads/maccole,+8.+RETROSPECTIVA+HIST%C3%93RICA+DA+DUALIDADE+ENTRE+EDUCA%C3%87%C3%ADO+B%C3%AD\_SICA+E+EDUCA%C3%87%C3%ADO+PROFISSIONAL%20(3).pdf. Acesso em 12 de setembro de 2025.



BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e historia. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca básica de serviço social, v.2.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília, DF: CFESS, 2013. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/uploads/documento/5046/qMjWNhIrW\\_BdLtkJkgo3MvUMGa6rOeXP.pdf](https://www.cfess.org.br/uploads/documento/5046/qMjWNhIrW_BdLtkJkgo3MvUMGa6rOeXP.pdf). Acesso em 05 de jul. 2025.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. Serviço Social na educação: concepções e direitos em questão. 320f. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17684/1/Cleonilda%20Sabaini%20Thomazini%20Dallago.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 46 jan./abr. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, n.3, 2001, p. 8-31.

JULIO, Edinalva. O trabalho da(o) assistente social no Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR): um estudo. 2022. 177f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

NETTO, José Paulo. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: \_\_\_\_\_. Capitalismo monopolista e serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-81.

NETTO, José Paulo. A reconceitualização continua viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). Serviço Social Latino-americano: aos 40 anos de Reconceitualização. 2. ed. Buenos Aires: [s.n.], 2007.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Professor do CEFET-RN. Doutor em Educação. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/gt09-3317--int.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2025.

SAVIANI, D. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. Revista HISTEDBR On-Line , Campinas, v.3, n. jul., p. 1-4. 2001. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/lancamentos/histedbr-line-v-julho2001-n-3-2001>. Acesso: 08 de setembro de 2025.

